

Econ. Brasil

3 \* JUL 1997

JORNAL DE BRASÍLIA  
Opinião

6 • Quinta-feira, 3/7/97.

# Gestão de consciência

**P**assaporte para o ingresso do País num clima de campanha eleitoral, a mudança constitucional que permite a reeleição dos ocupantes de cargos executivos, e a própria discussão, pela Câmara dos Deputados, da lei que regulará os pleitos de 3 de outubro de 1998, acendem pressões orçamentárias que preocupam os estados e, por extensão, aterrorizam o Governo Federal. A reivindicação de obras que promovam os políticos na véspera das eleições se soma aos movimentos por melhorias salariais que ocupam quase todas as unidades da Federação para agravar estes temores.

**O** Governo Federal tem expressado reiteradas vezes que o estado que criar novas despesas deverá arcar sozinho com eventuais furos no orçamento. Ao renegociar as dívidas estaduais, inclusive, os Ministérios da Fazenda e do Planejamento definiram com clareza nos protocolos de

compromissos cláusulas de responsabilidade dos governos estaduais de que não aumentarão as despesas. Mas depois que Minas Gerais mostrou intenção de quebrar esse acordo, vários estados passaram a discutir idêntica possibilidade, em atrito direto com as propostas da União. Inquestionavelmente, após segurar a evolução dos salários por mais de dois anos, muitos estados sofrem crescente pressão por reajustes, que tomam maior corpo com a proximidade das eleições.

**F**az parte do discurso do Governo Federal lembrar a todos que não se pode imaginar estabilidade econômica com estados e municípios criando despesas descontroladamente. O cumprimento estrito dos respectivos orçamentos torna-se, na visão dos técnicos, única fórmula capaz de impedir comprometimentos que levem de roldão, também, as

contas federais. Os ônus gerados pelos estados, e absorvidos pela União durante a renegociação de suas dívidas, deram às autoridades federais a clara visão de que nova carga decorrente do período pré-eleitoral pode arrasar o plano de estabilização, tornando nulas todas as conquistas proporcionadas pelo Real.

**O** comportamento de estados e municípios, e do próprio Governo central nesse ano eleitoral que começa a se desvendar, será a ponte de ligação entre os resultados alcançados até agora e o encaminhamento que se poderá dar ao projeto que, pela primeira vez em várias décadas, permitiu que o brasileiro convivesse com uma economia ordenada, que abre a todas as categorias sociais e econômicas uma visão de futuro fiel e possível de ser efetivamente programada.